



São Paulo, 25 de março de 2023.

Ao

Banco Central do Brasil

Assunto: Remessa eletrônica de demonstrações financeiras.

Senhores:

1. Objetivando atender a Circular nº 3.964, de 25/9/2019, emitida pelo BCB, que dispõe sobre a remessa eletrônica de demonstrações financeiras de publicação obrigatória para fins de constituição da Central de Demonstrações Financeiras do Sistema Financeiro Nacional, encaminhamos os seguintes documentos:

Data Base:	12/2023
Documentos:	(x) Relatório da Administração (x) Relatório dos Auditores Independentes (x) Balanço Patrimonial (x) Demonstração do Resultado (x) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (x) Demonstração dos Fluxos de Caixa (x) Demonstração do Resultado Abrangente (x) Notas Explicativas
Data publicação:	22/03/2024
Sítio eletrônico publicação:	https://cooperpak.com.br/

2. Informamos que a administração desta cooperativa se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Atenciosamente,

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Tetra Pak –
CNPJ: 67.341.487/0001-47**

Helton Cesar Bertini
Diretor Responsável pela Contabilidade

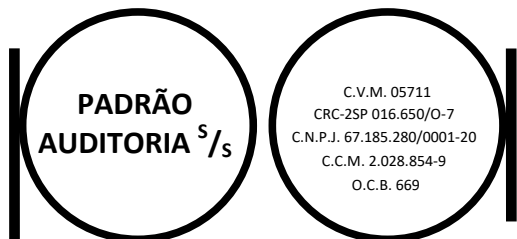
Fabio Genaro
Contador/CRC – 1 SP-215.304/O-1

**PADRÃO
AUDITORIA^{S/S}**

C.V.M. 05711
CRC-2SP 016.650/O-7
C.N.P.J. 67.185.280/0001-20
C.C.M. 2.028.854-9
O.C.B. 669

C.E.C.M. DOS FUNCIONÁRIOS DA TETRA PAK - COOPERPAK

- **Demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil**
- **Relatório dos auditores independentes**



PA – 20.720/24

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Diretores e Associados da
**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS
FUNCIONÁRIOS DA TETRA PAK - COOPERPAK**
Monte Mor – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA TETRA PAK - COOPERPAK**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA TETRA PAK - COOPERPAK** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

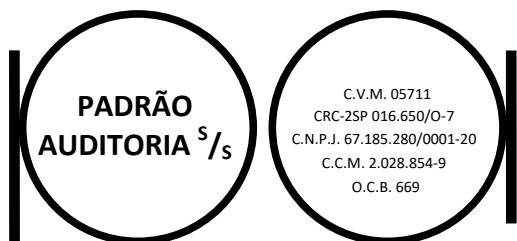
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,



PA – 20.720/24

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

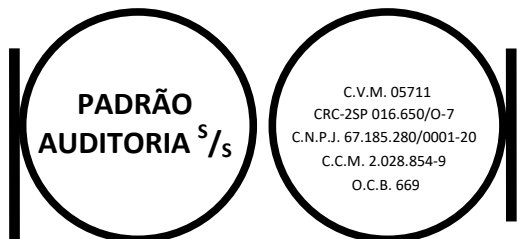
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das atividades. Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



PA – 20.720/24

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2024.

PADRÃO AUDITORIA S.S.
CRC-2SP 016.650/O-7
O.C.B. nº 669

FABRICIO KOKE
Contador CRC 1SP 193.079/O-3

KEITNE THOMAS DE OLIVEIRA
Contadora CRC 1SP 294.009/O-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de **2023** da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Tetra Pak - COOPERPAK**, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

A política de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco operacional da Cooperativa busca atender os requisitos da implementação da estrutura simplificada conforme dispõem as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17 e nº 4.606/17. A política tem como objetivo estabelecer os critérios, procedimentos, rotinas, diretrizes para a gestão do risco operacional abrangendo eventos de perdas relevantes, ocorrências relativas a potenciais riscos operacionais, de forma a minimizar as ocorrências, bem como prover a administração da Cooperativa, com informações consistentes, padronizadas e atualizadas para a sua mitigação.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2023, COOPERPAK obteve um resultado bruto positivo de R\$ 1.351.237

3. Ativos

Os recursos aplicados em títulos e valores mobiliários somaram R\$ 11.840.857. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 14.862.897

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 14.862.897	100%
--------------------	----------------	------

Os 10 Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2023 o percentual de 10 % da carteira, no montante de R\$ 1.486.723

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da COOPERPAK era de R\$ 26.362.368 .O quadro de associados era composto por 899 cooperados, havendo uma redução de aproximadamente 0,44 % em relação ao mesmo período do exercício anterior.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A COOPERPAK adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas, havendo uma concentração de 98,66% nos níveis de "A" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da COOPERPAK está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabe a Diretoria Executiva as decisões estratégicas e a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Os balanços da COOPERPAK são auditados por auditores externos, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Conselho e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO, com mandato até a **AGO de 2025**, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Código de Ética / Canal de Denúncias

A Cooperativa, consciente da importância de se estabelecer padrões éticos para a condução de relações internas e externas, desenvolveu o presente Código de Ética conforme a natureza e a complexidade dos produtos e serviços de nossa Instituição.

As normas e princípios estabelecidos nesse código deverão ser obedecidos e cumpridos por todos os empregados, membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, bem como pelos contratados de empresas terceirizadas que prestem serviços à COOPERPAK. O Banco Central do Brasil, através da Resolução nº 4.859/2020 (ANEXO I), determinou a obrigatoriedade da instalação de canal de denúncia, investigação, aplicação de procedimentos e regras de compliance por parte de todas as instituições financeiras. A adoção do modelo de estrutura do canal de denúncias requer efetivo envolvimento da administração da Cooperativa, para efeito de promover adequada integração dos responsáveis pela execução das atividades previstas nesta norma e dos demais integrantes do quadro de funcionários.

9. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da COOPERPAK, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2023, a Ouvidoria da COOPERPAK não registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos,

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Monte Mor/SP, 30 de janeiro de 2024.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 e 31/12/2022
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Funcionários da Tetra Pak
CNPJ nº 67.341.487/0001-47

ATIVO		2.023	2.022	PASSIVO		2.023	2.022
ATIVO REALIZÁVEL	NOTAS	27.377.370	25.807.289	PASSIVO EXIGÍVEL	NOTA	1.007.539	1.348.449
<u>Disponibilidades</u>	(NOTA 04)	5.632	70.120	<u>Outras Obrigações</u>		1.007.539	1.348.449
<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	(NOTA 04)	11.840.857	11.795.589	Cobrança e Arrec de Trib e Assemelhados		2.583	3.978
<u>Operações de Crédito</u>	(NOTA 05)	14.616.784	13.072.759	Obrigações Sociais e Estatutárias	(NOTA 09)	709.530	1.102.668
Empréstimos		14.862.897	13.318.778	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(NOTA 10)	248.523	202.831
(-) Provisão p/ Perdas - Operações de Crédito		(246.113)	(246.019)	Diversas	(NOTA 11)	46.903	38.973
<u>Outros Créditos</u>	(NOTA 06)	912.805	867.807				
Diversos		1.127.605	1.089.807				
(-) Prov. p/ Perdas - Outros Creditos		(214.800)	(222.000)				
<u>Outros Valores e Bens</u>	(NOTA 07)	1.292	1.013				
Despesas Antecipadas		1.292	1.013				
PERMANENTE		10.391	13.972	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.380.221	24.472.812
<u>Imobilizado de Uso</u>	(NOTA 08-A)	4.466	9.227	<u>Capital Social</u>	(NOTA 13-A)	22.442.275	20.794.912
Outras Imobilizações de Uso		48.443	48.443	<u>Reserva Legal</u>	(NOTA 13-B)	2.758.792	2.620.067
(-) Depreciação Acumulada		(43.977)	(39.216)	<u>Sobra ou Perdas de Exercício</u>	(NOTA 13-C)	1.179.155	1.057.832
<u>Intangível</u>	(NOTA 08-B)	5.925	4.744				
Outros Ativos Intangíveis		20.525	17.285				
(-) Amortização Acumulada		(14.600)	(12.541)				
TOTAL DO ATIVO		27.387.760	25.821.260	TOTAL DO PASSIVO		27.387.760	25.821.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Funcionários da Tetra Pak
CNPJ nº 67.341.487/0001-47

	2º SEMESTRE DE 2023	2.023	2.022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.446.325	4.794.308	4.401.248
Operações de Crédito	1.781.056	3.434.362	3.020.440
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	665.269	1.359.947	1.380.808
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(46.764)	(57.153)	(70.876)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(46.764)	(57.153)	(70.876)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.399.561	4.737.155	4.330.372
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(495.307)	(871.448)	(769.837)
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(256.829)	(445.712)	(399.290)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(237.967)	(424.211)	(367.040)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1.926)	(4.906)	(4.770)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	-	-	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	1.415	3.380	1.263
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL	1.904.254	3.865.707	3.560.535
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	-	(860)
RECEITAS NAO OPERACIONAIS	-	-	-
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	-	-	(860)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.904.254	3.865.707	3.559.675
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	(40.451)	(40.451)	(35.408)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	1.863.803	3.825.256	3.524.267
F A T E S	(69.362)	(69.362)	(62.226)
Reserva Legal	(138.724)	(138.724)	(124.450)
JUROS AO CAPITAL	(2.474.019)	(2.474.019)	(2.279.759)
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO	(818.302)	1.143.151	1.057.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Funcionários da Tetra Pak
CNPJ nº 67.341.487/0001-47

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31/12/2021	20.093.194	2.495.617	1.392.664	23.981.474
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES				-
Constituição de Reservas			-	-
Ao Capital	1.392.664		(1.392.664)	-
Integralização/Subscrição de capital	2.482.413			2.482.413
(-) Devolução de Capital	(5.263.053)			(5.263.053)
Estorno de Capital				-
Sobras ou Perdas Líquidas			1.244.508	1.244.508
Integralização de Juros ao Capital	2.279.759			2.279.759
IRRF sobre Juros ao Capital	(190.066)			(190.066)
FATES - Atos Não Cooperativos				-
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		124.450	(124.450)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(62.226)	(62.226)
Saldos em 31/12/2022	20.794.912	2.620.067	1.057.832	24.472.812
Mutações do Período	701.718	124.450	(334.832)	491.338
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES				-
Constituição de Reservas			-	-
Ao Capital	1.057.832		(1.057.832)	-
Integralização/Subscrição de capital	2.633.945			2.633.945
(-) Devolução de Capital	(4.289.589)			(4.289.589)
Estorno de Capital				-
Sobras ou Perdas Líquidas			1.351.237	1.351.237
Integralização de Juros ao Capital	2.474.019			2.474.019
IRRF sobre Juros ao Capital	(228.844)			(228.844)
Reversão - Utilização FATES			36.005	36.005
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		138.724	(138.724)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(69.362)	(69.362)
Saldos em 31/12/2023	22.442.275	2.758.792	1.179.155	26.380.221
Mutações do Período	1.647.363	138.725	121.323	1.907.409
Saldos em 30/06/2023	19.882.655	2.620.067	1.961.453	24.464.175
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Ao FATES				-
Constituição de Reservas			-	-
Ao Capital			-	-
Integralização/Subscrição de capital	1.345.015			1.345.015
(-) Devolução de Capital	(1.030.570)			(1.030.570)
Reversões de reservas			-	-
Integralização de Juros ao Capital	2.474.019			2.474.019
IRRF sobre Juros ao Capital	(228.844)			(228.844)
Sobras ou Perdas Líquidas			(610.216)	(610.216)
Reversão - Utilização FATES			36.005	36.005
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		138.724	(138.724)	-
. F A T E S - Ato Cooperativo			(69.362)	(69.362)
Saldos em 31/12/2023	22.442.275	2.758.792	1.179.155	26.380.221
Mutações do Período	2.559.620	138.725	(782.298)	1.916.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Funcionários da Tetra Pak
CNPJ nº 67.341.487/0001-47

	2 SEMESTRE 2023	2.023	2.022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Sobras/Perdas do Exercício	(569.766)	1.391.688	1.279.916
Participação dos Funcionários nas Sobras	(40.451)	(40.451)	(35.408)
Provisão para Operações de Crédito	31.137	93	58.792
Depreciações e Amortizações	3.440	6.821	6.762
	<u>(575.639)</u>	<u>1.358.151</u>	<u>1.310.062</u>
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS			
Operações de Crédito	(1.210.067)	(1.544.119)	(1.047.110)
Outros Créditos	(25.616)	(44.998)	(62.998)
Outros Valores e Bens	12.602	(279)	3.312
Outras Obrigações	881.860	(340.910)	393.606
	<u>(341.221)</u>	<u>(1.930.306)</u>	<u>(713.190)</u>
CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES	<u>(916.860)</u>	<u>(572.155)</u>	<u>596.872</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizações de Uso (-)	-	-	-
Aquisições do intangível (-)	(3.240)	(3.240)	-
Baixa do Imobilizado de Uso	-	-	-
Baixa de Intangível	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(3.240)</u>	<u>(3.240)</u>	<u>-</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Aumento por novos aportes de Capital	1.345.015	3.691.777	3.875.077
Devolução de Capital à Cooperados	(1.030.570)	(4.289.589)	(5.263.053)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital	-	(1.057.832)	(1.392.664)
Reversão - Utilização FATES	36.005	36.005	-
FATES Sobras Exercício	(69.362)	(69.362)	(62.226)
Subscrição do Juros ao Capital	2.474.019	2.474.019	2.279.759
IRRF sobre Juros ao Capital	(228.844)	(228.844)	(190.066)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>2.526.263</u>	<u>556.174</u>	<u>(753.173)</u>
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
No início do período	10.240.326	11.865.710	12.022.009
No fim do período	11.846.489	11.846.489	11.865.710
	1.606.163	(19.221)	(156.300)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Em Reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Funcionários da Tetra Pak
CNPJ nº 67.341.487/0001-47

	2º SEMESTRE DE 2023	2.022	2.021
SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	(818.302)	1.143.151	1.057.832
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	(818.302)	1.143.151	1.057.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Tetra Pak - Cooperpak, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/1991. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração/Diretoria.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Governança da Cooperativa em 30 de janeiro de 2024.

NOTA 02.1 – MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS E DIVULGAÇÃO

Mudanças em vigor

Resolução BCB nº 208, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros. Entra em vigor em 1º de março de 2023.

Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto à designação e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda. O prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano para a implementação desse normativo, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 1º/1/2025, segue até 31/12/2023, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional.

Resolução BCB nº 318, de 04 de novembro de 2022: vem definir os subgrupos contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF) para utilização pelas instituições financeiras de demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Aplica-se aos documentos contábeis elaborados a partir da data base de janeiro de 2025. A Instrução Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

NOTA 02.2 – CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Disponibilidades

Caixa e Disponibilidades, conforme Resolução CMN nº 4.818/2020, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. Os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, equipamentos e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

g) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

h) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

j) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

l) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2023** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2023**.

NOTA 04 – DISPONIBILIDADES

Referem-se as disponibilidades, aplicações em títulos e valores mobiliários de alta liquidez e fundos de investimentos da Cooperativa depositadas junto a instituições financeiras, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 4.434/2015 na data de 31/12/2023.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e depósitos bancários	5.632	70.120
Títulos e Valores Mobiliários	11.840.857	11.795.589
Total	11.846.489	11.865.710

(Valores expressos em reais – R\$)

Conforme Instrução Normativa BCB 268 de 05/04/2022 a participação da Cooperativa no capital de outras entidades demonstrada anteriormente como Investimentos (Permanente) passou a ser registrada nas rubricas do subgrupo Títulos e Valores Mobiliários, a partir de 01/07/2022.

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco :

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Financiamento	Total em	Total da Provisão em	Total em	Total da Provisão em
					31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
A	0,5%	Normal	12.245.722	-	12.245.722	(61.229)	10.389.242	(51.946)
B	1%	Normal	2.345.210	-	2.345.210	(23.452)	2.659.974	(26.600)
B	1%	Vencidas	18.756	-	18.756	(188)	-	-
C	3%	Normal	44.018	-	44.018	(1.321)	49.449	(1.483)
C	3%	Vencidas	9.385	-	9.385	(282)	4.148	(124)
D	10%	Normal	-	-	-	-	-	-
D	10%	Vencidas	1.727	-	1.727	(173)	2.278	(228)
E	30%	Normal	29.954	-	29.954	(8.986)	21.646	(6.494)
E	30%	Vencidas	-	-	-	-	34.672	(10.402)
F	50%	Normal	-	-	-	-	-	-
F	50%	Vencidas	14.239	-	14.239	(7.120)	2.300	(1.150)
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	35.072	-	35.072	(24.550)	24.923	(17.446)
H	100%	Normal	39.271	-	39.271	(39.271)	31.151	(31.151)
H	100%	Vencidas	79.543	-	79.543	(79.543)	98.995	(98.995)
Total Normal			14.704.175	-	14.704.175	(134.258)	13.151.462	(117.674)
Total Vencido			158.722	-	158.722	(111.855)	167.316	(128.345)
Total Geral			14.862.897	-	14.862.897	(246.113)	13.318.778	(246.019)
Provisões (-)			(246.113)	-	(246.113)	-	(246.019)	-
Total Líquido			14.616.784	-	14.616.784	-	13.072.759	-

* Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

Obs: a.1) Outros créditos a receber (nível H) no valor de R\$ 214.800 não foram considerados na letra como composição da carteira de crédito.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total em 31/12/2023
Empréstimos	1.223.469	3.305.502	10.333.926	14.862.897
Total	1.223.469	3.305.502	10.333.926	14.862.897

(Valores expressos em reais – R\$)

Obs.: Não possui Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida.

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

Setor	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimo	Total da Carteira	Empréstimo	Total da Carteira
Pessoas Físicas	14.862.897	14.862.897	13.318.778	13.318.778
Total	14.862.897	14.862.897	13.318.778	13.318.778

(Valores expressos em reais – R\$)

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	(246.019)	(187.229)
Provisão no período	(83.981)	(95.361)
Reversão de provisão	19.629	17.286
Baixas p/ prejuízo no período	64.258	19.285
Total	(246.113)	(246.019)

(Valores expressos em reais – R\$)

e) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2023	% Carteira Total	31/12/2022	% Carteira Total
Maior Devedor	234.211	1,58%	222.835	1,67%
10 maiores devedores	1.486.723	10,00%	1.330.981	9,99%
50 maiores devedores	4.571.681	30,76%	4.114.534	30,89%

(Valores expressos em reais – R\$)

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados, os montantes de operações estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	295.525	408.907
Valor das operações transferidas no período	64.258	19.285
Valor das operações recuperadas no período	(48.985)	(25.146)
Valor das operações baixadas por prescrição	-	(107.521)
Total	310.798	295.525

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 06 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Outros Créditos	31/12/2023		31/12/2022	
	Até 360	Acima de 360	Total	Total
Adiantamentos a Fornecedores	463	-	463	-
Depósitos em Garantia (caução aluguel)	5.100	-	5.100	5.100
Créditos a Receber - ex-associados	214.800	-	214.800	222.000
Repasse da folha de pagamento (capital/empréstimo)	907.242	-	907.242	862.707
(-) Provisão de créditos a receber	(214.800)	-	(214.800)	(222.000)
Total	912.805	-	912.805	867.807

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 07 - OUTROS VALORES E BENS

Despesas Antecipadas

Refere-se a importância paga pela Cooperativa pela cobertura de risco de seus bens, através de apólice de seguros, sendo as despesas apropriadas mensalmente de acordo com sua vigência.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas - Seguros	1.292	1.013
Total	1.292	1.013

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 08 – PERMANENTE

a) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Imobilizado de Uso	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Móveis e equipamentos de uso	19.345	(16.887)	2.458	4.392	10%
Sistema de comunicação	760	(714)	46	122	10%
Sistema de processamento de dados	28.338	(26.376)	1.962	4.713	20%
Total	48.443	(43.977)	4.466	9.227	-

(Valores expressos em reais – R\$)

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

b) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela legislação vigente:

Intangível	31/12/2023			31/12/2022	Taxas anuais de depreciação %
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	20.525	(14.600)	5.925	4.744	20%
Total	20.525	(14.600)	5.925	4.744	-

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 09 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	86.999	102.224
Cotas de capital a pagar (b)	582.080	965.036
Provisão p/ Participação nas Sobras - empregados	40.451	35.408
Total	709.530	1.102.668

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e, no mínimo, de 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) As Cotas de Capital a pagar para ex-cooperados.

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher - s/ serviços de terceiros	551	544
Impostos e contribuições a recolher - s/ salários	19.128	12.221
Impostos e contribuições a recolher - outros impostos (IRRF s/ juros capital)	228.844	190.066
Total	248.523	202.831

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Outras Obrigações - Diversas	31/12/2023		Total	31/12/2022
	Até 360	Acima de 360		Total
Prov. p/ despesas c/ Pessoal - (provisão de férias)	43.201	-	43.201	34.385
Prov. Pagamentos a Efetuar -	3.702	-	3.702	2.622
Credores Diversos - Créditos de associados	-	-	-	1.966
Total	46.903	-	46.903	38.973

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 12 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Tetra Pak - Cooperpak opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	22.442.275	20.794.912

(Valores expressos em reais – R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Total de associados	899	903

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de, no mínimo de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades no montante de R\$ 2.758.792 em 31 de dezembro de 2023.

(c) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, as sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Sobras /Lucro Líquido do exercício	1.351.237	1.244.508
Reversão - Utilização FATES (lançado em despesas)	36.005	-
Sobras /Lucro Líquido do exercício (ajustado)	1.387.242	1.244.508
Reserva legal (10%)	(69.362)	(62.225)
Fundo de assistência técnica, educacional e social (5%)	(138.724)	(124.451)
Total - Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.179.155	1.057.832

(Valores expressos em reais – R\$)

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 14 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2023:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022	% em relação à carteira total 12/2023
Montante das operações ativas	356.497	348.033	2,40%
Montante das operações passivas	-	-	-

(Valores expressos em reais – R\$)

(a) Detalhamento das Operações Ativas:

Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação Crédito em relação à carteira total
Empréstimo	356.497	1.782	2,40%

(Valores expressos em reais – R\$)

(b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: empréstimos, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas - Transações com partes relacionadas	Taxas aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxas aplicadas pela Diretoria	% em relação à carteira total - movimentação no exercício 2022
Empréstimo	1,9 + TR	1,9 + TR	2,61%

NOTA 15 – ÍNDICE DE BASILÉIA e IMOBILIZAÇÃO

A Cooperativa deve manter, permanentemente, valor de patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com o risco de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	26.362.368	24.456.139
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	24.923.341	23.564.831
Margem de Capital	22.125.400	20.450.118
Índice de Basileia (PR / RWA)	106%	104%
Situação de Imobilização (Imob)	4.466	9.227
Índice de Imobilização (Imob / PR)	0,02%	0,04%

(Valores expressos em reais – R\$)

NOTA 16 – JUROS AO CAPITAL

A Cooperativa ao final do exercício, remunerou o capital de seus associados. Os critérios obedeceram a Lei complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial e de Custódia - Selic. A referida despesa foi demonstrada nas Demonstrações de Sobras e Perdas - DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

NOTA 17 - GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL

Em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional de n.º 4.557 de 23/02/2017, a de n.º 4.606 de 19/10/2017, que dispõe sobre a Estrutura Simplificada de Gerenciamento Contínuo de Riscos e Capital, e a de n.º 4.553 de 30/01/2017 que dispõe sobre a segmentação de Instituições Financeiras, e considerando o seu enquadramento no segmento S5, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Tetra Pak implementou a estrutura de acordo com o volume e complexidade dos produtos e serviços oferecidos (princípio da proporcionalidade).

O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo ininterrupto, monitorar o controle de capital da Cooperativa, avaliar continuamente a necessidade de capital para fazer face aos riscos que a mesma incorre, além de trabalhar de forma proativa na antecipação das necessidades de capital decorrente das possíveis mudanças nas condições do mercado. A Cooperpak ficou enquadrada no Segmento 5 (S5), e por meio da Resolução nº 4.606 de 19 de outubro de 2017, determinou que as instituições financeiras obrigadas a calcular os Ativos Ponderados pelo Risco na forma simplificada (RWASS), deverá implementar a metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRSS), estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos, serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos. A política visa estabelecer diretrizes para a implementação e a manutenção da estrutura simplificada de gerenciamento de capital da COOPERPAK, de forma, a manter a exposição de capital em patamares aceitáveis de acordo com as normas vigentes.

NOTA 18 - RISCO OPERACIONAL

A política de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco operacional da Cooperativa busca atender os requisitos da implementação da estrutura simplificada conforme dispõem as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.557/17 e nº 4.606/17. A política tem como objetivo estabelecer os critérios, procedimentos, rotinas, diretrizes para a gestão do risco operacional abrangendo eventos de perdas relevantes, ocorrências relativas a potenciais riscos operacionais, de forma a minimizar as ocorrências, bem como prover a administração da Cooperativa, com informações consistentes, padronizadas e atualizadas para a sua mitigação. com enquadramento no Segmento 5 (S5) para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sujeita ao regime simplificado de gerenciamento contínuo de riscos. A implementação está adequada ao perfil de riscos da COOPERPAK.

NOTA 19 - RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrências de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cooperativa.

Inclui os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros, além dos riscos relacionados a concorrência, fornecedores, parceiros comerciais, investimentos, situação do mercado das empresas da área de ação da Cooperativa, ações governamentais, de órgãos reguladores, tecnologia, eventos internos e externos que podem impactar no quadro social.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A Cooperativa está dispensada de manter estrutura de gerenciamento para o risco de mercado por estar enquadrada no regime prudencial simplificado, no entanto, para minimizar a possibilidade de ocorrências de perdas, deverá implementar estrutura compatível:

a) com o modelo de negócio, natureza das operações, complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos; b) proporcional à dimensão e à relevância da exposição ao risco de mercado; c) adequada ao perfil de riscos.

NOTA 20- RISCO DE CRÉDITO

A política estabelece os fundamentos associados ao processo de gerenciamento contínuo de risco de crédito em conformidade com as Resoluções nº 4.557/17 e nº 4.606/17 ambas do Conselho Monetário Nacional. Foi considerado o volume de operações, a complexidade das atividades, serviços e produtos, atendendo assim, o princípio da proporcionalidade, conforme o porte da Cooperativa. A Cooperpak, no intuito de implementar uma estrutura eficiente, eficaz em gerenciamento de riscos, se compromete a desenvolver novos controles e/ou melhorar os já existentes visando minimizar as exposições sujeitas ao risco de crédito dos ativos da Cooperativa. A política visa estabelecer normas de procedimentos, adoção de medidas para a implementação, a manutenção da estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de risco de crédito que permita identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos que a COOPERPAK está exposta.

Monte Mor-SP, 31/12/2023

Helton Cesar Bertini
Diretor Presidente

Walter Augusto Gabaldo
Diretor Operacional

Fabio Genaro
Contador
CRC: 1SP 215.304/O-1